

Tratamento a eritroblastose fetal é pauta de reunião no CFM



O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), José Hiran Gallo, acompanhado dos conselheiros federais representantes da Paraíba, Bruno Leandro de Souza e Antônio Henriques, recebeu o médico e membro da Academia Paraibana de Medicina (APMED) Eduardo da Fonseca, nesta quinta-feira (05) em Brasília.

Em pauta, a necessidade de garantir às gestantes o acesso à imunoglobulina anti-D de forma a prevenir a eritroblastose fetal – uma doença grave que pode ocorrer quando há incompatibilidade de fator Rh entre mãe e bebê. Também conhecida como doença hemolítica do recém-nascido (DHRN), se não tratada adequadamente, pode causar anemia, icterícia, lesões cerebrais e até a morte do feto.

“É uma ação preventiva simples e eficaz, que precisa estar disponível de forma equitativa no país”, afirmou o presidente do CFM, que é ginecologista-obstetra.

O pediatra Bruno Leandro destacou que, “com recomendação médica, a aplicação da imunoglobulina ainda durante a gestação pode evitar complicações sérias, proteger a saúde do bebê e reduzir os riscos de internações neonatais e mortalidade perinatal”.

“O CFM está comprometido com a ciência, com a equidade no acesso à saúde e esse é um tema caro, com uma solução simples que salva vidas”, concluiu Hiran Gallo.

Comissão de Saúde Suplementar vai realizar Fórum para debater problemas entre médicos e operadoras



Defasagem nos valores dos procedimentos médicos, reajustes de honorários abaixo dos índices aplicados aos beneficiários ou medidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e glosas injustificadas são alguns dos problemas enfrentados pelos médicos na relação com as operadoras de saúde e que foram debatidos nesta quarta-feira (4) na primeira reunião da atual gestão da Comissão de Saúde Suplementar (Comsu), coordenada pelo vice-corregedor do CFM, Francisco Cardoso.

A reunião contou com a participação do presidente do CFM, José Hiran Gallo, que se mostrou preocupado com a má remuneração dos médicos. “As operadoras exigem que o médico se constitua como Pessoa Jurídica (PJ), caso contrário, não terá trabalho. Com isso, todo o custo vai para o profissional. É uma relação desigual”, denunciou.

Para debater os problemas enfrentados pelos médicos, o coordenador da Comissão propôs a realização de um Fórum da Saúde Suplementar. Proposta que contou com concordância do presidente do CFM, “é muito importante que façamos este evento. Têm o meu apoio”, afirmou Hiran Gallo.

Custos – O 1º vice-presidente do CFM, Emmanuel Fortes Cavalcanti, defendeu que o médico saiba qual o custo real dos procedimentos que realiza. “Quem contrata o serviço sabe, seja o hospital, ou a operadora, mas o médico, não. É preciso que ele se aproprie dessas informações”, defendeu.

Durante a reunião, foram dados encaminhamentos aos 17 processos que estavam para ser analisados pela Comsu. Muitos dos questionamentos diziam respeito à inconformidade dos médicos com os baixos valores pagos para procedimentos e com as constantes glosas realizadas pelas operadoras e planos de saúde. O representante da ANS presente na reunião, Maurício Nunes da Silva, falou sobre as limitações institucionais da agência, “que não pode avaliar casos concretos”, e explicou em quais situações o órgão pode agir.

O 2º vice-tesoureiro do CFM, Carlos Magno Dalapicola, reforçou a importância do colegiado. “45 milhões de brasileiros dependem da saúde suplementar, o que faz com que essa comissão seja diferenciada. Apesar de sermos um órgão consultivo da plenária, as decisões tomadas aqui têm um poder de influência muito grande”, argumentou.

A reunião também contou com a participação dos seguintes membros: Regina Diniz, Antonio Henriques, Francisco Vieira de Oliveira, Guilherme Murta, Gustavo Delgado, Marcelo Peixoto, Etelvino Trindade, Fernando Ribeiro e Alexandre de Menezes. O conselheiro federal pela Paraíba, Bruno Leandro de Souza, também acompanhou a reunião.

Fonte: [Portal CFM](#), em 05.06.2025.